



O QG feminista é uma revista digital gratuita feita com trabalho voluntário de mulheres que escrevem e traduzem textos sobre diversos temas importantes sobre a opressão feminina.

Este zine tem o intuito de mostrar alguns de nossos textos para que você venha conosco para a luta! Vamos juntas!

Acesse todos os nossos textos em:
<http://medium.com/qg-feminista>





Mm



Créditos

Autoras desta edição:

Cila Santos
cursesinvogue
fêmea brava
Natalie Ford
Raquel Rosario Sánchez
Sapataria Radical
Yasmin Morais

Tradutoras desta edição:

Aline Rossi
fêmea brava
Carol Correia

Ilustradoras desta edição:

Capa e páginas 4 e 5: Mme. A.
Página 9: Ana Rech
Página 10 e 11: Jéssica Modinne
Página 16 e 17: Edlene Rocha
Página 23: Bruna Santiago
Página 40: Paula Cruz
Demais imagens: Melina Bassoli

Convocação de ilustradoras:

Yasmin Morais

Revisão, Diagramação e Projeto Gráfico:

Melina Bassoli

Revisão do texto de Yasmin Morais:

Yasmin Morais

Distribuição:

Mariana Amaral

Idealização:

Cila Santos

Índice

Feminismo

Da transgressão indesculpável de
declarar-se feminista

6

Raça

O que é Afromisoginia?

21

Gênero

you acredita na cultura do estupro?

11

Indústria do Sexo

Vamos conversar sobre o PORQUÊ:
A conexão entre pornografia e
violência sexual

30

Lesbianidade

Lesbianismo Político

26

Classe

A Gentrificação da Mulheridade

33



DA TRANSGRESSÃO INDESCULPÁVEL DE DECLARAR-SE FEMINISTA

Antagonizar homens em um mundo que odeia mulheres é a maior rebeldia possível

Por: Cila Santos

O feminismo, por definição, é a luta pela emancipação feminina da dominação masculina. Numa análise mais profunda, podemos, sim, inclusive, falar de libertação. De exploração. E de escravização. Por parte dos homens.

O agir feminista, portanto, consiste em praticar o feminismo. Ou seja, lutar pela emancipação feminina. E essa luta se dá em muitos *fronts*, de muitas pequenas e grandes maneiras. Muitas mulheres têm um fazer feminista, ainda que assim não se declarem. Muitas mulheres se declaram feministas, mas têm um fazer claramente antifeminista.

E por essa mesma lógica é que homens não podem ser feministas. Eles podem, no máximo, tomar consciência dos seus privilégios e tentar abrir mão deles, podem tentar resolver seus próprios problemas de masculinidade tóxica, machismo e violência, podem constranger seus iguais, abrir mão da cumplicidade e da omissão. Mas não podem lutar pela libertação feminina porque, nessa equação, eles estão do lado a ser combatido. São algozes. São o inimigo.

Sim. Homens são os inimigos. Sem aspas. Homens matam, violentam, exploram e escravizam mulheres. Generalização? Todo o sistema que gira o mundo é comandado por homens. Observe todos os grupos que governam todos os países do mundo. Quem está lá? Por quem é formada a maioria? Homens. E não só no executivo. No legislativo, no judiciário. Homens fazem as leis, julgam, prendem, soltam. Homens nas forças policiais e armadas. Homens no comando de todas as empresas, na publicidade, na mídia, na produção artística.

Então talvez “nem todo homem” seja um abusador, agressivo ou esturpador, mas, entenda, o meu, o seu “cara legal”, é no mínimo omissos e cúmplice.

Todo homem, absolutamente todo homem, é, inegavelmente, ao menos omissos ou cúmplice em relação a tudo o que mulheres sofrem na nossa sociedade. Porque, se assim não fossem, como permitiriam tanta violência contra as mulheres? Como permitiriam que mulheres fossem tratadas como são? Tanta morte, tanta exploração, tanta mágoa. Onde estão os homens “bons”?

Se homens verdadeiramente amam mulheres como pessoas e não como objetos, se são os homens que hoje controlam o mundo, se o feminismo está errado em combater a supremacia masculina, por que toda mulher tem uma história de horror pra contar envolvendo um homem?

Onde estão os “homens bons” que não fazem nada a respeito?

É difícil perceber e aceitar isso, eu sei. É muito difícil, sim.

Por isso, para além do agir feminista — que muitas mulheres praticam sem saber —, declarar-se feminista é um ato político. É um ato de trazer para a *polis*, para a discussão pública, a guerra con-

tra a misoginia. É tornar notório que há mulheres que, sim, sabem o que está acontecendo e estão lutando contra isso.

Acima de tudo, declarar-se feminista é declarar-se antagônica aos homens. E isso é difícil em uma sociedade que nos socializa para amá-los acima de todas as coisas e para servi-los sem hesitar. Numa sociedade que nos desumaniza. Declarar-se feminista é um ato de profunda rebeldia. Uma transgressão indesculpável. Que tem um alto preço social. Não à toa muitas mulheres que lutam por outras mulheres declaram meio constrangidas “eu luto por direitos, mas não sou feminista”, “eu sou feminista, mas não sou radical”, “eu sou feminista, mas sou feminina”.

Porque perceber-se feminista e declarar-se feminista é berrar aos quatro cantos para que todos os homens ouçam: eu sei que vocês nos odeiam, que vocês odeiam nosso corpo de fêmea, eu sei que vocês nos exploram, eu sei que vocês se omitem, eu sei que vocês não se importam conosco, e eu vou lutar contra vocês.

E como fazer isso nessa sociedade androcêntrica, se nós só nos “tornamos mulheres” quando aceitamos ser acessórios

de um homem? Quando aceitamos o cabresto da feminilidade? Então eu entendo, sim, todas as mulheres que não conseguem, não podem, não concebem esta perversão cabal: rejeitar homens e colocar mulheres no centro do seu universo.

E isto não tem a ver com odiar homens — mas se quiser pode, porque certamente você tem motivos. Mas tem a ver com uma coisa muito mais profunda e complexa: aceitar que não é possível confiar neles, de maneira nenhuma. Não é sobre amor. É sobre confiança. Mesmo os que você ama profundamente, mesmo os que te amam verdadeiramente, mesmo os que nunca te fizeram ou nunca te fariam mal, mesmo o que te gerou, mesmo os que você gerou. Porque, aceite, todo homem, em algum momento da sua vida, já magoou alguma mulher. Já xingou, ou assediou, ou traiu, ou abandonou, ou agrediu, ou estuprou, ou matou. Ou, no mínimo, se omitiu diante de tantas violências. Os bons homens que você conhece, que você ama. Todos eles. E enquanto todas as mulheres não estiverem livres, nenhuma estará.

Então não importa se os homens que você conhece nunca

te feriram. Acredite, ele já feriu alguma mulher. Direta ou indiretamente. Você pode não negar o seu amor, mas não seja ingênua oferecendo sua confiança plena.

Se houvesse um único conselho que eu pudesse dar a todas as mulheres do mundo, em relação aos homens, seria: proteja-se e protejam umas às outras.

Estamos sós. Ou melhor, estamos juntas. Somos nós por nós.

Essa consciência da gravidade da nossa situação é dura e provoca reações distintas, todas compreensíveis. Algumas negam, outras combatem, outras preferem fingir que não sabem. Outras vão pro enfrentamento.

Para aquelas que estão na linha de frente, queria dizer: estamos juntas e somos muitas. Muito mais do que você imagina. Muito mais do que você percebe. Persista. Faça o que pode, do jeito que dá. Porque sempre é muito. Precisamos de tudo e todas que estiverem dispostas. “Militância de *internet*” também é militância, sim. E militância importante. Há mulheres que só possuem um celular velho conectado no Facebook na promoção do 3G que podem estar te lendo. Que podem estar, a partir de coisas que você disse, refletindo e tomando atitudes que



nunca tomariam se não tivessem tido acesso a informações e a ideias e a uma inspiração que você deu a elas e nem sabe. Inspire outras mulheres a rebelarem-se.

Há mulheres ajudando mulheres por toda parte, de todo jeito. Há muitas pautas, muitas lutas. Muitos *fronts*.

Proteger. Informar. Capacitar. Fortalecer. Ocupar. Libertar.

Resista. Plante sementes. Essa não é a luta de uma primavera,

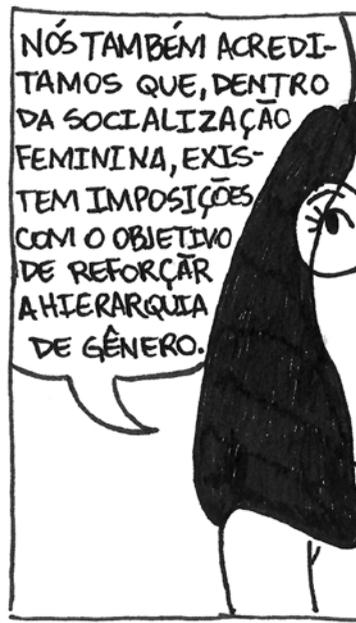
mas de uma vida inteira.

Estações e estações e estações. Uma luta que começou muito antes de nós por mulheres maravilhosas e que continuará muito depois de nós. Colhemos os frutos de sementes plantadas há muito. Devemos continuar semeando.

O trabalho é de formiga. Você já observou as formigas? Já viu tudo que elas são capazes de fazer?

Endureçam vossos corações, mulheres!

FEMINISMOS



~ # FEMINISMO RADICAL ~
~ POR SHULAMITH FIRESTONE ~

A RAIZ DO PROBLEMA É O PATRIARCADO.



VEMOS OS GÊNEROS COMO CLASSES POLÍTICAS QUE SÃO CONSTRUÍDAS SOCIALMENTE PARA MANTER SUBORDINAÇÃO DE MULHERES.



PORTANTO, O PADRÃO DE FEMINILIDADE NÃO É TIDO COMO PRIVILÉGIO POR NÓS.



E, POR FIM: NÃO, FEMINISMO RADICAL NÃO É AQUELE CUSAS MULHERES ODEIAM OS HOMENS! E NENHUM FEMINISMO É!



MODINNE



O QUE É AFROMISOGINIA?

Conheça mais um desdobramento do sistema racista

Por: Yasmin Morais

“Afromisoginia é uma misoginia direcionada a mulher preta, pode ser identificada como uma misoginia mais brutal e violenta contra as pretas. Quanto mais escura, mais afro e sem traços da estética branca, mais vítima de afromisoginia uma mulher será.”

– Negras Negralistas.

Mulheres pretas foram contrabandeadas às Américas... para servir. Dentro do padrão eurocêntrico e colonial, nas nuances do racismo científico e “superioridade étnica”, a mulher africana não possuía uma mente. Sentimentos, desejos, autonomias ou sequer o status de humana lhe foram negados. Afora, um animal. Um corpo o qual poderia e deveria ser explorado para trabalhos braçais, serviços domésticos e utilidades sexuais. Durante séculos de dominação, esses pensamentos foram perpetuados e executados. Nossa desumanização atravessou o físico, mental e até mesmo, espiritual. Nossas religiões foram demonizadas. O contexto das crenças de matriz africana, onde deusas imponentes ditavam seus próprios destinos, foi transmutado para a visão de um único deus: homem, branco e punitivo. Com o acréscimo de que não tínhamos uma alma, Ele também não poderia salvar-nos. Após longos anos, os pilares desse passado ainda sustentam a desigualdade a qual mulheres afrodescendentes são submetidas.

A afromisoginia é sistêmica, um dos braços mais fortes do racismo estrutural. Este estigma direcionado particularmente a mulher preta, constitui um sofrimento que perpassa todas as áreas da vida. Seja no âmbito emocional, profissional ou sexual, esta engrenagem regula o papel duplamente subalterno da fêmea no sistema racial. Os dois aspectos chave da afromisoginia, são o estigma sobre o corpo da mulher preta e a vivência social.

Um pedaço de carne sem nome

“Nêga”
“Morena”
“Neguinha”
“Preta”

Não possuímos um nome ou identidade. Enquanto indivíduos, mulheres pretas são continuamente taxadas enquanto classe homogênea. O sistema racista negou-nos até mesmo uma personalidade. Somente o indivíduo branco possui particularidades, subjetividades e aspirações humanas. Porém, nós, pretas, somos a reprodução fiel dos estereótipos aos quais há séculos nos foram delegados: a “mãe preta”, “mulata exportação”, “preta raivosa”, “preta maloqueira”, “barraqueira”, “ignorante”, “pobre”. Esses são marcadores sociais talhados forçosamente em nossa subjetividade. Pessoas brancas podem expressar suas individualidades sem cair na teia da homogeneização absoluta. Afinal, caso uma mulher branca roube, é de praxe saber que ninguém especulará o quão mulheres brancas são “ladras natas” ou somente esperam a melhor oportunidade para cometer delitos, por conta de casos isolados ou estereótipos. Entretanto, o oposto é recorrente na sociedade brasileira.

Enquanto seres oprimidos pelo racismo estrutural, na mínima expressão de aspectos humanamente naturais, como: raiva, medo ou desejo sexual, indivíduos pretos, em especial mulheres, são vinculados a estereótipos negativos sob a ótica da sociedade. Rememorando o passado de subalternidade ao qual estivemos submetidas ao decorrer dos séculos em uma sociedade sustentada com a força de trabalho do povo preto, que por sua vez é marginalizado, ocupar espaços de poder é estritamente dificultoso e para mulheres, é pior. Pois, há nojo, animalização e ódio velados e por vezes explícitos, sobre nossos corpos.

A mulher preta sempre fora útil na base da pirâmide... como mãe, serviçal, faxineira, semianalfabeta ou favelada, parindo aos montes novos civis que possivelmente jamais possuirão melhores condições de vida e existirão somente para contribuir para o Estado, sem jamais receber retorno financeiro e social justo. A mulher preta tem sido útil como diversão barata, satisfação dos desejos sexuais e alentos emocionais. Sua utilidade dá-se no silêncio, em uma submissão duplamente instaurada.

Entretanto, quando subvertem esta lógica, o ódio mordaz da sociedade racista recai sobre elas.

Outro aspecto constituinte da afromisoginia, é o ódio direto e objetivo ao corpo da mulher preta. Em nosso país, o padrão de beleza e desejo sexual masculino socialmente bem-aceitos, em geral, é: uma mulher, branca, de partes íntimas rosadas e preferencialmente loira. Assim, constituímos o famoso estereótipo da gostosa. Geralmente, esta mulher que ronda o imaginário dos homens brasileiros, pode possuir um corpo com músculos fenotipicamente afrodescendentes (glúteos avantajados, seios fartos, coxas rijas e etc), entretanto, sua pele carece de ser branca e suas partes íntimas, (vulva, mamilos e ânus), rosadas. Coincidentemente ou não, caso retiremos o fator “músculos fenotipicamente afrodescendentes” o estereótipo da gostosa, torna-se a mulher para casar. Neste cenário, a mulher preta é acrescida como o desejo marginal e destoante. Somos aquelas que devem ser “fodidas” às escondidas, não devemos ser apresentadas à família ou amigos e, quando relegadas a mera atração sexual, nossos corpos recebem uma carga de animalização

e hipersexualização maior do que o corpo de mulheres brancas.

Essa sociedade extremamente patriarcal, misógina e afromisógina, também estipulou seus padrões para nossos órgãos sexuais. Idealização esta, fomentada pela indústria pornográfica que em suma, endeusa de forma quase megalomaniaca partes íntimas rosadas. Mais uma vez, temos aqui a associação primordial e por vezes, explícita:

- BRANCO = Algo puro, bonito, desejável, aprazível e bom.
- PRETO = Algo sujo, feio, indesejável, não aprazível e ruim.

Como é de conhecimento, mulheres pretas, indígenas e de outras etnias, não possuem todas as partes íntimas em tons cor-de-rosa. Muito menos, esta é uma característica rememorada por conta de outras etnias. Sabemos que, tal característica tão “desejável, pura e bonita” é caucasiana, assim como todas as vigentes nos padrões hegemônicos da sociedade globalizada.

(Um caso emblemático ocorrido na Rússia nos meados de 2018, durante a Copa do Mundo, exemplifica tal afirmação. Torcedores brasileiros abordaram uma mulher russa e a constrangeram, fazendo-a proferir a frase: buceta

rosa, (sem que a mesma possuísse conhecimento do significado), em público. Ressaltando a preferência racista e afromisógina por órgãos genitais caucasianos, chegaram ao ponto de constranger e expor publicamente uma mulher inocente.)

Consequentemente, as mulheres que não possuem esta característica na sociedade brasileira, em especial, pretas e mestiças, são vítimas de chacota, violência verbal e humilhações virtuais, físicas ou simbólicas. Assim como nossos corpos, nossas partes íntimas também são de segunda classe. Somos a última opção, ou, um desejo que deve ser consumado em segredo.

“Não, você não pode”:

Afromisoginia e compensações

Uma mulher graduada. Pós-graduada. Mestra. Doutora. Possuindo um cargo de poder.

Consegues imaginá-la? Caso consigas... ela é preta? —Provavelmente, não.

Há variadas problemáticas e obstáculos que impedem o ingresso e permanência de mulheres pretas no ensino básico, médio e superior. Dentre eles, podemos citar: miséria, pobreza, maternidade precoce, traba-

lho infantil e abandono. Todos esses fatores comumente atrelados ao racismo institucional, constituem uma barreira quase intransponível para a maioria de nós. Entretanto, neste momento, o objetivo é falar sobre aquelas que conseguiram-na transpor.

Sim, mulheres pretas em cargos de poder existem. Não, a sociedade ainda não está preparada para elas.

Apesar do dinheiro e renome, nossas vidas continuam a ser permeadas pelo racismo e afromisoginia. Uma das manifestações mais presentes no dia-a-dia de mulheres pretas que não correspondem ao estereótipo: “mulata, ignorante e hostil”, é o famoso: “Não, você não pode”. A sociedade geralmente não aceita ou acredita mulheres pretas intelectuais, ricas ou influentes. Nunca estão habituados, agem como se fôssemos um ponto fora da curva, um agente que deve a todo momento ser avaliado com critérios mais rigorosos do que os instituídos para pessoas brancas, em geral.

Esta faceta da afromisoginia está presente em basicamente todos os cidadãos. Por vezes, manifesta-se de maneira inconsciente, pois, está atrelada ao imaginário popular. (Até mesmo ao teu, feminista).

O que vêm à nossa cabeça quando contemplamos uma mulher preta e uma branca? A qual delas seria-nos mais natural atribuir conhecimento, sabedoria e relevância?

Quantas vezes surpreendemo-nos quando descobrimos que um artigo teórico foi escrito ou descoberta científica de suma importância realizada por uma mulher preta?

Quantas vezes nos surpreendemos ao descobrir que a mulher famosa a ser homenageada em um evento, é preta?

Quantas vezes, interiormente, não aceitamos que uma mulher preta detenha mais conhecimento ou influência do que nós?

Todas essas sensações são parte integral da afromisoginia. A crença de que mulheres pretas são naturalmente incapazes de produzir conhecimento ou obter relevância, advém dos sintomas do racismo instaurado em nossa sociedade. É usual que não aceitemos ou nos surpreendamos e jamais questionemo-nos sobre isso. Quando você duvida ou surpreende-se por tal “grande feito” ter sido realizado por uma mulher preta... está sendo afromisógeno.

É demasiado difícil para nossa consciência, acostumada com pretas em situação de subal-

ternidade, chacota e miséria, enxergá-las enquanto agentes humanos e sociais semelhantes e totalmente capazes. Aqui constitui-se uma violência absurda: até os dias atuais, inconscientemente, brancos não enxergam-nos inteiramente enquanto humanos. Permanecemos a ser consideradas uma “classe à parte”.

Para além disso, a afromisoginia também possui seu viés



de “compensação social”. Como neste sistema a emancipação total da mulher preta é inaceitável, cria-se “sub estereótipos” cujo o objetivo é tornar nossa presença em ambientes de poder, mais socialmente aceitável. Esses sub estereótipos são uma compensação social à nível mental, para que a sociedade “conviva” com a existência de mulheres afrodescen-

dentes e influentes.

“Uma mulher preta pode ser médica, desde que seja bonita.”

“Uma mulher preta pode ser âncora, desde que seja chamada por um apelido e não por seu nome.”

“Uma mulher preta pode ser famosa, desde que use roupas sensuais e sirva de objeto para a minha excitação.”



“Uma mulher preta pode ser executiva-chefe, desde que mantenha os cabelos alisados, use maquiagens para deixar o tom de sua pele mais claro e esconda ao máximo suas raízes.”

“Uma mulher preta pode ser o que desejar, desde que atenda às minhas expectativas.”

(Outro caso a ser lembrado: a renomada tenista Serena Williams foi proibida pela direção do torneio de Roland Garros de utilizar seu uniforme inspirado no super-herói Black Panther, em 2018. O presidente do torneio, Bernard Giudicelli, alegou que fazia-se necessário o uso de trajes mais conservadores. Curiosamente, os trajes aprovados para o uso das atletas, são compostos por roupas curtas. O caso ganhou enorme repercussão, sendo comentado até mesmo pela marca Nike, que acrescentou: “Você pode tirar o uniforme da super-heroína, mas você nunca pode tirar dela os seus poderes.”)¹

Conclusão

Afromisoginia, acima de tudo, é sobre controle. Controlar o corpo, vivências, pensamentos e ações de mulheres pretas. Permanecer no domínio sobre nossas culturas, fazeres e papéis sociais. É sobre manchar-nos, embranquecer-nos e tornar-nos mais “aceitá-

veis” e moldáveis aos padrões hegemônicos e colonizadores. Através deste sistema, o branco ratifica o lugar subalterno ocupado por nós há mais de 500 anos nas Américas.

O sistema está longe de desejar a emancipação de mulheres, ademais, das pretas. A subalternização de nossos corpos, trabalhos, emoções e intelectualidade é lucrativa para esta sociedade racista e mórbida. Ainda que haja em determinados grupos o desejo de auxiliar a mulher preta em seu processo de libertação, muito vê-se os resquícios da afro-misoginia e o desejo velado em controlar nossas ações e corpos. Até onde podemos ir? Até onde podemos libertar-nos sem afetar os privilégios da classe branca? Até onde podemos produzir, estudar e analisar nosso próprio povo por um viés não colonial, eurocêntrico e embranquecido? Até onde mulheres pretas podem ser consideradas humanas capazes e completas? Estas são questões às quais nos propomos diariamente, também, à sociedade.

1. VIEIRA, Pedro. **Serena Williams é proibida de usar uniforme do Pantera Negra em jogo e Nike dá a resposta perfeita**. Disponível em: <<https://observatoriodocinema.bol.uol.com.br/famosos/2018/08/serena-williams-e-proibida-de-usar-uniforme-do-pantera-negra-em-jogo-e-nike-da-a-resposta-perfeita>> Acesso em: 28/01/2019.

COISAS QUE AS MULHERES TÊM



COISAS QUE AS MULHERES NÃO TÊM

JUSTIÇA PARA AS VÍTIMAS

"CÉREBRO FEMININO"*

**SEGURANÇA EM SEUS
RELACIONAMENTOS**

PAGAMENTO IGUALITÁRIO

* Algumas correntes conservadoras defendem que mulheres e homens possuem cérebros diferentes. Nessas teorias, coisas como delicadeza, gosto por maquiagem e aptidão para as tarefas domésticas seriam atributos inatos às mulheres. No entanto, nada disso é natural, comportamentos e gostos são moldados socialmente, não existindo uma diferença biológica entre o cérebro das mulheres e o cérebro dos homens.



VOCÊ ACREDITA NA CULTURA DO ESTUPRO?

então como consegue defender que a prostituição é uma escolha?

Por: fêmea brava

eu parto do princípio de que toda feminista acredita na cultura do estupro. mas, às vezes, não. estava lendo uma matéria que fala sobre a ausência de diálogo nas escolas sobre sexualidade. geralmente, os jovens só têm acesso ao assunto “sexo” na aula de biologia, o que, somado a uma sociedade que cresce assistindo a pornografia, acaba dificultando o diagnóstico de “estupro”. nessa matéria, aparece uma menina de 12 anos do Tocantins que só descobriu que era vítima do seu padrasto depois de assistir à palestra que uns professores organizaram na escola.

para quem faz oficina em escolas, associações de moradores e outras organizações há anos, isso não é novidade, sexo é definitivamente um tabu. os jovens afirmam que, se não insistirem ou força-rem, as meninas não transam; e, quase sempre que mencionamos “estupro marital”, e eu parto do princípio de que toda feminista sabe o que significa estupro marital¹, o assunto rende desconfiança (e muitos risinhos): “como assim a mulher não sabe que está sendo estuprada?” — é verdade. o estupro marital pode acontecer por meio de chantagens, ou ameaças, ou força física, ou simplesmente naquele dia em que a mulher cede à transa para evitar desgastes, ou por achar que deve ao marido seus serviços sexuais. por achar que não pode dizer “não”.

a cada vez que a gente vai às escolas, fica evidente a necessidade de ensinar as jovens e as crianças a dizerem “não”. levando em consideração que qualquer campanha publicitária mequetrefe já sacou que “não é não” e que, até mesmo, em séries dos anos 1990 essa frase já era clichê entre os movimentos sociais, muito embora ainda não saibamos dizer “não”, eu parto do princípio de que toda feminista sabe a importância de ensinar às jovens e às crianças que “não é não”, e a diferença entre sexo e estupro.

“Em 2014, uma pesquisa com universitários americanos mostrou que 13% estuprariam uma mulher, se não houvesse consequências. alheios ao fato de que sexo sem consentimento é estupro, um terço respondeu que forçaria alguém a transar. no Brasil, 13% dos jovens já cometeram violência sexual contra uma mulher na universidade, segundo dados de 2015 do Instituto Avon. o mesmo estudo mostra que um terço de nossos universitários acha que abusar de uma garota alcoolizada não é um ato violento. acreditando que estupros são cometidos por estranhos armados em becos escuros, nenhum desses homens se vê como um criminoso.”²

não preciso dizer, toda universitária sabe, e quero acreditar que toda feminista sabe, das festas para deixar estudantes bêbadas e deixá-las mais fáceis. se homens não se sentem violentos forçando sexo com mulheres; se meninas e meninos não sabem a diferença entre sexo e estupro; como podemos cobrar que as vítimas denunciem a violência que sofreram? como podemos cobrar que mulheres se reconheçam como vítimas?

a gente tende a achar que precisa satisfazer nossos parceiros; a gente tende a achar que se chegamos até determinado ponto, precisamos ir “até o final”; a gente tende a achar que pessoas

que amamos não vão nos machucar; a gente sente vergonha quando descobre, ou quando sabe, que foi estuprada, porque nos culpabilizamos e porque a sociedade nos culpabiliza. eu quero acreditar que toda feminista sabe o que acontece quando chegamos à delegacia, depois de superar a vergonha e o trauma, para denunciar um agressor: qual roupa você tava usando? cadê as marcas no corpo? o que você fez para merecer isso? eu quero acreditar que toda feminista sabe que não podemos confiar na polícia. eu quero crer que sabemos que, às vezes, passam-se anos até a gente reconhecer que sofreu estupro. eu perdi as contas de quantas vezes aconteceu comigo e com minhas amigas. e, hoje, as lembranças ainda me atormentam e me assustam.

por isso, quando estava apresentando um trabalho sobre uma oficina com mulheres, em presídio semiaberto, e a coordenadora do espaço disse “ah, mas toda mulher sabe o que é violência, ninguém precisa dizer pra nós que fomos violentadas”, eu tive que contradizê-la. porque lá, no presídio, depois de listarmos para aquelas mulheres todos os tipos de violência descritos na

Maria da Penha, muitas vieram nos agradecer, pois nunca souberam que eram vítimas de violência. porque acredito que essas mulheres, mesmo imersas numa realidade de extrema violência — que é o presídio, ou a vida num casamento abusivo, ou a vida de trabalhadora do tráfico, ou, simplesmente, a vida como mulher —, não sabem o que é violência. a gente naturaliza a violência. e a gente é ensinada a ceder, e eles, a nos invadirem.

80% das mulheres prostituídas³ entrevistadas na Cidade do Cabo, na África do Sul, afirmaram já terem sido estupradas por um cliente. e eu quero crer que toda feminista sabe o que é e acredita na cultura do estupro, porque acredito que todas nós já fomos violadas em algum momento, de alguma maneira, por não sabermos dizer “não”. quero crer que toda feminista sabe que estupros são subnotificados — já que muitas vezes nem sequer sabemos que somos estupradas.

agora, se sabemos de tudo isso, se sabemos dos perigos de estarmos sozinhas andando na rua; se sabemos dos perigos que corremos ao pegar carona, sozinhas, na estrada; se

sentimos medo quando sabemos que tem um homem atrás de nós; se tantas vezes cedemos por acharmos que pedimos por aquele “sexo”, ou, o que achamos ser sexo; se nos culpamos tanto quando somos violadas; como queremos afirmar que mulheres, que transam com vários homens por dia por dinheiro, que têm seu consentimento comprado, estão de fato optando pelas violências que sofrem? como podemos afirmar que essas mulheres são as únicas que sabem diferenciar estupro de sexo, e justamente essas? eu quero crer que toda feminista se preocupa com a vida e com a saúde de meninas e mulheres.

1. FÊMEA BRAVA. a quantas mulheres você está de se prostituir. Disponível em: <<https://medium.com/qg-feminista/a-quantas-mulheres-voc%C3%AA-est%C3%A1-de-se-prostituir-a46768f47100>>. Acesso em: 28/01/2018.

2. DE LARA, Bruna. Jovens não sabem diferenciar sexo de estupro – e o Escola sem Partido quer impedir que aprendam. <<https://theintercept.com/2018/06/05/jovens-sexo-estupro-escola-sem-partido>>. Acesso em: 28/01/2018.

3. FARLEY, Melissa et al. South Africa Prostitution 2018 Preliminary Findings. <<http://prostitutionresearch.com/wp-content/uploads/2018/04/South-Africa-Prostitution-2018-Preliminary-Findings.pdf>>. Acesso em: 28/01/2018.





VAMOS CONVERSAR SOBRE O PORQUÊ: A CONEXÃO ENTRE PORNOGRAFIA E VIOLÊNCIA SEXUAL

Por: Natalie Ford, para o End Sexual Exploitation

Tradução: Carol Correia

Você já se perguntou por quê?

Por que há tanta dor, sofrimento e violência sexual acontecendo ao nosso redor? O movimento #MeToo faz você perguntar como isso pode estar acontecendo em uma magnitude tão grande? Por que a agressão sexual nos *campi* universitários é tão grande?

Deixe-me dar uma explicação: vivemos em uma cultura hipersexualizada e pornificada, onde a pornografia é *mainstream*, é aceita e está moldando o modelo sexual da próxima geração. “O estudo mais respeitado e citado sobre conteúdo pornográfico *mainstream* descobriu que a agressão física, que inclui surras, tapas e engargos, ocorreu em mais de 88% das cenas, enquanto expressões de agressão verbal foram encontradas em 48% delas. Os pesquisadores concluíram que 90% das cenas continham pelo menos um ato agressivo, físico ou verbal”¹. Meninos e homens estão consumindo pornografia e sendo repetidamente informados de que mulheres gostam de encontros sexuais violentos e não consensuais. Uma meta-análise de estudos sobre pornografia e sobre agressão sexual entre a população em geral mostra que “os dados acumulados deixam pouca dúvida de que, em média, os indivíduos que consomem pornografia com mais frequência são mais propensos a manter atitudes favoráveis à agressão sexual e envolver-se de fato em agressões sexuais do que indivíduos que não consomem pornografia ou que consomem pornografia com menos frequência”¹.

A pornografia é a narrativa de grande parte da mídia na cultura *pop*. Nossos filmes, músicas, *videogames* e programas de TV são todos

permeados pela pornografia. E eles são permeados pela pornografia violenta e agressiva descrita acima. A mídia que estamos consumindo está constantemente nos alimentando com temas de violência sexual. Veja o programa da HBO, *The Deuce*, por exemplo, em que toda a história é sobre a indústria pornográfica e a prostituição, o que possibilita que seus produtores criem cenas pornográficas gratuitas e conteúdo sexual explícito e perturbador. O Steam, uma plataforma de *videogames*, está repleto de jogos que promovem temas de violência sexual, exibicionismo e estupro. Muitos dos jogos são praticamente filmes pornográficos com os quais os usuários podem interagir. *House Party's*, um dos mais ofensivos jogos do Steam, tem como objetivo principal coagir e enganar as mulheres para se obter sexo. Nesses jogos, os usuários têm que praticar encontros sexuais que, por qualquer padrão, seriam considerados estupro e extrema violência sexual. Todos

esses exemplos confirmam o fato óbvio de que nossa sociedade e a cultura *pop* estão sendo controladas como marionetes pelas mãos da indústria pornográfica.

Honestamente, como podemos ficar chocados com toda a violência sexual, quando nossa cultura é tão profundamente influenciada pela indústria pornográfica e tudo que ela ensina?

É hora de abrir nossos olhos para todos os danos que a pornografia está trazendo para o nosso mundo e para sua conexão com a violência contra as mulheres.

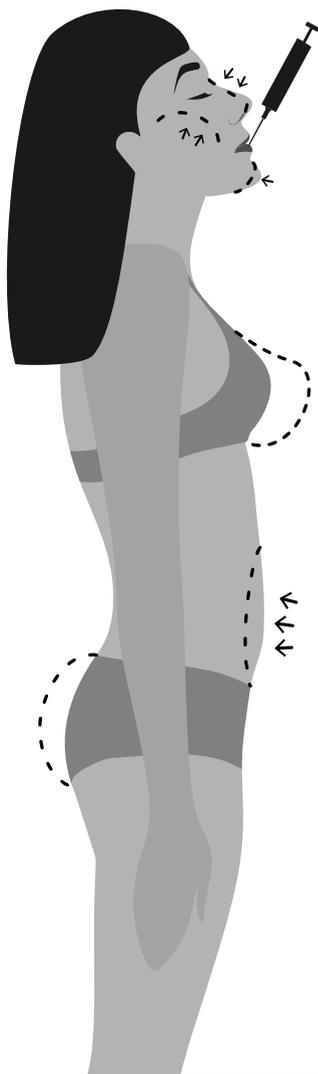
Se o movimento #MeToo está realmente comprometido em mudar a narrativa sobre agressão sexual e a forma como as mulheres são tratadas, então vamos falar a sério e responsabilizar a indústria da pornografia.

1. DINES, Gail. *Growing Up With Porn: The Developmental and Societal Impact of Pornography on Children*. Disponível em: <<https://digitalcommons.uri.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=&httpsredir=1&article=1073&context=dignity>>. Acesso em: 28/01/2019.



BREVES NOTAS SOBRE CIRURGIAS PLÁSTICAS

Série de tuítes por: [cursesinvogue](#) | Tradução: fêmea brava



“Você é uma má feminista por querer fazer uma cirurgia plástica?” é o tipo de pergunta tediosa que feministas liberais fazem. A resposta categórica que dão é “feminismo é sobre mulheres poderem fazer suas escolhas”; uma análise muito fraca e superficial.

Uma combinação entre o patriarcado e o capitalismo atual faz as mulheres quererem cirurgias plásticas. O feminismo não faz julgamento moral das mulheres que foram condicionadas a quererem cortar seus corpos, a fim de se conformarem com os padrões estéticos femininos estabelecidos pelo poder masculino.

O que o feminismo faz é analisar o processo de poder e o que acontece com os corpos de quem é tratada como carne ou decoração. Analisa como as merdas deles entram nas nossas cabeças, quem lucra, quem impulsiona isso e como as mulheres são mental e fisicamente prejudicadas.

E, honestamente, o simples fato de fazerem essa pergunta mostra que sabem que a indústria da cirurgia plástica é sexista. Parem de negar isso e parem de limitar o “debate” ao redor das irrelevantes escolhas das mulheres.

É MESMO MINHA ESCOLHA,
SE ME DIZEM O TEMPO
TODO QUE ISSO É BONITO?

FIZ UMA
ESCOLHA LIVRE SE
FUI CONDICIONADA A
DESEJAR ISSO?



LESBIANISMO POLÍTICO

— definições e aplicações

Por: Sapataria Radical

A primeira informação importante a se colocar quando se fala de lesbianismo político é que ele não é unânime entre feministas radicais — tanto na sua definição* e aplicação quanto na sua legitimidade. E, embora a discordância política que fomenta o debate seja sempre bem-vinda, há limites para o que se pode reivindicar mantendo-se feminista radical.

Para definir lesbianismo político, é importante que se defina a análise que dá a base para sua estruturação, que é a análise feminista radical da sexualidade: (1) a heterossexualidade é um regime político compulsório e (2) o pessoal é político. O termo “heterossexualidade compulsória”, cunhado e popularizado por Adrienne Rich em “Heterossexualidade Compulsória e Existência Lésbica”, na década de 1980, é utilizado até hoje para referir-se ao regime político da heterossexualidade. Em seu artigo, Rich o destrincha em todos os seus aspectos e faz um manifesto político em favor do lesbianismo dentro do movimento feminista. Em relação à máxima “o pessoal é político”, cunhada por Carol Hanisch, em texto de mesmo nome, nubla a fronteira entre público e privado das análises políticas, defendendo a necessidade de politizarmos nossas relações pessoais. Essa prática será reafirmada por Carole Pateman, em 1988, em seu livro “O Contrato Sexual”, que analisa justamente a criação da divisão público/privado e como ela está diretamente ligada à consolidação do patriarcado moderno.

Esses escritos, e muitos outros, definem o contexto dentro do qual o lesbianismo político fundamentou-se enquanto teoria feminista. Divergências à parte, é inegável que o lesbianismo político surgiu diretamente de uma análise feminista radical da sociedade — e as discordâncias analisadas aqui serão apenas aquelas que não partem de outras concepções sociais do patriarcado, pois essas são discordâncias do feminismo radical como um todo, e não do lesbianismo político em si.

A maior divergência que se vê nas discussões entre feministas hoje em dia é justamente sobre um ponto que é indissociável do feminismo radical: a construção social da nossa sexualidade. Explica-se: a análise feminista radical é incompatível com o conceito de inatismo da sexualidade. Qualquer discordância baseada na ideia de a sexualidade ser inata e imutável não se encaixa dentro do feminismo radical — não há como defender a análise de que a nossa sexualidade é moldada culturalmente por um regime político de dominação e, ao mesmo tempo, acreditar que existiria algo como um “gene *gay*” na nossa composição biológica.

Em “A Heresia Lésbica”, Sheila Jeffreys tece críticas acertadas a essa concepção, expondo suas incompatibilidades com a teoria feminista — a defesa do inatismo biológico da sexualidade é indissociável da defesa do inatismo biológico da feminilidade, refutado pelo feminismo radical. Não há como lutar contra o essencialismo de um e defender o outro. Tanto por isso, a teoria do inatismo da sexualidade foi principalmente desenvolvida por homens *gays*, baseada em suas vivências e necessidades políticas — ela os

coloca como “condenados” pela natureza, isolando a construção da sexualidade de qualquer influência social e portanto inocentando o grupo de homens *gays* de seu comportamento e de quaisquer possíveis influências que exerceriam sobre a sociedade. Homens *gays* abraçam a cultura do essencialismo biológico que mulheres feministas — lésbicas ou não — tentam a todo custo destruir, justamente porque não são diretamente prejudicados por ela.

Apesar de criada e des-trinchada principalmente por homens *gays*, essa concepção essencialista também afeta lésbicas, que não podem ser vistas como um grupo automaticamente politizado unicamente por conta de sua sexualidade. A reprodução de comportamentos patriarcais também está na população lésbica, que obviamente não é isenta de influência social — a concepção comum de que a homossexualidade é inata ainda considera a heterossexualidade como norma, colocando mulheres lésbicas como resultado de uma espécie de androginismo fetal: seu amor por mulheres seria resultado de características masculinas introjetadas.

A partir disso, é consequência óbvia que muitas mulhe-

res lésbicas reproduzam masculinidade por acreditarem que faz parte de quem elas são. O raciocínio do determinismo biológico também parece explicar a incongruência entre a socialização que pessoas homossexuais recebem — que as empurra à heterossexualidade — e o resultado dela — a homossexualidade; mas isso ignora que exceções à norma também são construídas socialmente, e não de forma isolada; seres humanos reagem a situações semelhantes de formas completamente diferentes. É por isso que a teoria do lesbianismo político enquanto um processo não é direcionada apenas a feministas não identificadas como lésbicas, mas também às lésbicas que desejam politizar a própria sexualidade. Esse ponto será destrinchado mais à frente.

Ao contrário do que se propaga sobre a concepção da sexualidade como construção social, ela não exclui completamente a possibilidade de uma predisposição para a atração por homens ou mulheres nem define que 100% da nossa sexualidade é necessariamente resultado de influência social. Afinal, a experiência da lesbianidade se dá de diversas formas — como a que se reconhece lésbica desde criança,

e tem dificuldade de pensar na lesbianidade como algo que não é parte de si desde que nasceu, e como a que descobriu a lesbianidade enquanto possibilidade mais tarde, vivenciando a bissexualidade ou até a heterossexualidade em grande parte da vida — e é prática feminista legitimar todas elas. O que se define é que (1) a sexualidade não é inteiramente inata ou biológica, ou seja, a possível existência de uma predisposição não a define por completo; (2) a construção da sexualidade é definitivamente um processo social, ainda que parcialmente; e (3) toda e qualquer forma de se chegar a lesbianidade é legítima e uma não é maior ou mais certa que outra. Definir a sexualidade como majoritariamente construção social é questão de foco. É decidir que a sexualidade pode ter um fator genético ou pode não ter, mas que ele definitivamente não é determinista e não é a parte mais importante da análise política sobre o patriarcado.

Sobre esse ponto, há inúmeros argumentos que desestabilizam a ideia de sexualidade inata, tanto científicos quanto sociológicos, e não existe a pretensão de destrinchar todos aqui. O que se ressalta é a importância de se pes-

quisar a enormidade de material feminista radical de análise da sexualidade para que o debate sobre lesbianismo político seja feito de forma honesta e coerente.

Isso posto, fica mais fácil a compreensão do significado da frase “toda mulher é uma lésbica em potencial”. Ela não quer dizer que não existam mulheres heterossexuais — apesar de questionar a instituição da sexualidade estratificada em si, visto que o próprio conceito de homossexualidade foi criado em oposição ao de heterossexualidade, na lógica da anormalidade a ser definida para fins de diferenciação —; mas, sim, que a heterossexualidade feminina não tem meios de ser confirmada. Não há como ter certeza de que aquela mulher, se criada num meio livre de influência patriarcal, não teria desenvolvido sua sexualidade de outra forma. Portanto, a única exigência verificável para que alguém possa ser lésbica é esse alguém ser uma mulher — toda mulher carrega consigo a potencialidade para a lesbianidade, sendo essa potencialidade realizável ou não. E esse conceito é importantíssimo para o feminismo radical: que a possibilidade da lesbianidade seja sempre considerada, em todas as mulheres.

É a partir desse conjunto de concepções, então, que se forma o lesbianismo político, que pode ser definido de forma abrangente como a prática de se politizar a lesbianidade. Isso não quer dizer que toda lésbica é politizada, ou que todas as relações lésbicas são naturalmente saudáveis, ou que as mulheres devem reivindicar a lesbianidade enquanto se atraem afetivossexualmente por homens. Quer dizer que, dentro de um sistema de heterossexualidade compulsória, em que o pessoal é político, é necessário e inevitável que se politize a lesbianidade — tanto para que mulheres já identificadas como lésbicas politizem a si e suas relações quanto para que mulheres não identificadas com outras mulheres passem a entender e a explorar suas potencialidades ao máximo. Em 1982, prefaciando o artigo “Heterossexualidade Compulsória e Existência Lésbica”, Rich diz que ele:

“não foi escrito a fim de ampliar ainda mais as divisões, mas, sim, para encorajar as feministas heterossexuais ao exame da heterossexualidade como uma instituição política que retira o poder das mulheres — e a mudar isso. Eu também esperava que outras lésbicas fossem sentir a profundidade e a amplitude da

identificação e do vínculo entre mulheres, que têm permanecido como um tema constante, embora abafado através da experiência heterossexual, e que isso se tornasse, de modo crescente, um impulso politicamente ativado, não apenas uma validação de vidas pessoais”.

Lesbianismo político é, então, uma proposta de prática política feminista que parte de uma análise social para a criação de um processo:

1. A análise: que a heterossexualidade é um regime político que restringe nossa livre expressão da sexualidade, e que a lesbianidade — o modo de viver lesbiano, a existência lésbica — tem caráter político, ainda que vivenciada de forma não politizada, pois a negação por si só de corpos femininos ao acesso masculino tem uma carga política descomunal, ainda que feita de forma inconsciente ou apolitizada. Faz parte disso reconhecer a importância da resistência lésbica e da inserção da voz de lésbicas dentro do movimento feminista, e entender que a lesbianidade não pode ser colocada como apenas mais uma “orientação sexual” — assim como a heterossexualidade não o é. É diferenciar a lesbianidade da

homossexualidade masculina, e não assimilar ambas sob o discurso liberal de diversidade. Faz parte disso também entender que a sexualidade das mulheres é negada e moldada pelo patriarcado, e portanto, toda mulher é uma lésbica em potencial. É por isso que o termo utilizado é lesbianismo político — o sufixo -ismo, apesar de rechaçado pelas políticas *queer* por poder referir-se a doenças, também refere-se a ideologias ou sistemas políticos —, em adição à lesbianidade, que refere-se mais à vivência lésbica.

2. O processo: partir dessa análise da sexualidade para a criação de um **impulso politicamente ativado**. A proposta do lesbianismo político é de se transpor as conclusões dessa análise política para sua vida pessoal, entrar em profundo questionamento, sair da zona de conforto e analisar a si mesma, seus gostos e concepções de vida. Isso é muito mais complexo do que simplesmente questionar a própria sexualidade, ou construir a sexualidade lésbica como uma escolha consciente — pois a heterossexualidade é um modo de vida, e são todos os aspectos desse modo de vida que são questionados nesse pro-

cesso. Passar pelo processo do lesbianismo político enquanto impulso politicamente ativado não necessariamente resulta em se afirmar lésbica no final — viver a lesbianidade é amar e desejar exclusivamente mulheres, isso é fato —, mas, sim, em aplicar na vida e, principalmente, na militância a lógica poderosa que a lesbianidade carrega de negação de acesso afetivo e sexual dos homens aos nossos corpos, mas principalmente afetivo — e de direcionamento das energias para relações entre mulheres. Para mulheres lésbicas, é questionar as práticas e concepções que aplicaram a si mesmas por crescerem e se formarem sob a lógica patriarcal — desintoxicar-se de qualquer reprodução de masculinidade que a sociedade incutiu às suas personalidades, direcionar suas energias para suas relações com mulheres (pois há lésbicas que, apesar de se relacionarem amorosamente com mulheres, ainda focam sua energia nas relações que mantêm com homens), entender a importância das próprias existências enquanto resistência, ainda que nunca tenham se pensado dessa forma, e ajudá-las a não deixar que distorções patriarcais as façam recair na heterossexuali-

dade compulsória. Para mulheres não-lésbicas, consiste no questionamento de sua sexualidade e do direcionamento de suas energias para relações afetivossexuais com homens — e mesmo que esse processo não resulte na descoberta da lesbianidade, ele é crucial para a construção de uma dinâmica feminista — mulher-identificada — de suas relações.

Nada disso tem a finalidade de romantizar a lesbianidade como um mar de rosas político, nem fazer crer que os problemas da vida das mulheres se resolverão ao se assumirem lésbicas ou ao direcionarem suas energias para relações entre mulheres — é consenso inclusive que a vida de lésbicas no patriarcado é extremamente difícil. Até porque feminismo não é sobre tornar a vida das mulheres mais confortável a curto prazo, mas, sim, para que se atinja um patamar de transformação social característico de revolução. E lesbianismo político também não é sobre pressionar lésbicas a uma politização forçada: é uma prática política para mulheres que escolham adentrar no feminismo e aplicá-lo ao seu modo de vida. Também é importante que não se confunda a proposta do lesbianis-

mo político com o discurso liberal de fluidez da sexualidade, que geralmente é usado para flexibilizar os limites da lesbianidade, e não o contrário. O discurso da fluidez da sexualidade é responsável, inclusive, por lésbicas que sempre tiveram ciência de sua sexualidade e nunca se relacionaram com homens e acabam “experimentando” a heterossexualidade já na vida adulta — o discurso liberal atual coloca a lesbianidade como limitadora, um rótulo conservador. Lesbianismo político não é sobre isso — é exatamente o contrário.

De acordo com a lógica do lesbianismo político, toda lésbica feminista radical é uma lésbica política — não necessariamente por ter descoberto sua lesbianidade a partir do discurso do lesbianismo político, mas por ter decidido reivindicar a politização da própria lesbianidade. Faz parte disso, também, receber de braços abertos aquelas que descobriram seu amor por mulheres depois de terem acesso ao feminismo radical, e não acusá-las de apropriarem-se de uma sexualidade que não é delas. O mundo não precisa de mais pessoas dizendo a mulheres que seu amor por mulheres não é legítimo.

É UMA DE MINHAS
ESPERANÇAS COMO LÉSBIKA
FEMINISTA QUE MAIS MULHERES
AGORA E NO FUTURO, DEVIDO À NOSSA
VISIBILIDADE, TRABALHO E ENERGIA,
PONHAM MAIS VALOR NAS SUAS
RELAÇÕES COM MULHERES E ELEJAM
ABERTAMENTE O LESBIANISMO –
COMO UMA POLÍTICA, COMO UM
MODO DE VIDA, COMO UMA
FILOSOFIA E COMO UM
PLANO VITAL



*Como colocado, existem divergências também na definição do que é lesbianismo político: há quem o leve ao extremo e construa um identitarismo por si mesmo, que é uma extrapolação do conceito — incentivando mulheres a tomarem outras mulheres como amantes, mesmo sem desejá-las. É entendível que se rechace essa ramificação da teoria, inclusive quem compreende o lesbianismo político como crucial para a prática feminista, mas mantendo-se os limites de respeito às mulheres que o reivindicam pelo que ele originalmente foi pensado: um impulso politicamente ativado de uma prática feminista de questionamento e uma dinâmica de vida.

POEMAS

YASMIN MORAIS



O GRITO

Visceral,
Sanguinário,
Abrupto silêncio,
Silencia a penitência circunscrita,
Em minha carne.

Pavoroso,
Fugaz,
Atroz ardor reverbério.
Templários de tempos longínquos,
Jamais me vingarão.

Assustador,
Raivoso,
Ensandecido,
Insubmisso.

Tu não podes,
Tu não deves,
Tu não calarás,
O meu grito.

O MEU GRITO!
O MEU SANGUE!

Raiva,
Ódio,
Avalanche,

Minha *vagina* revida!



A GENTRIFICAÇÃO DA MULHERIDADE

Nascer mulher causa um sofrimento que só nós podemos entender

Por: Raquel Rosario Sánchez, para o Feminist Current

Tradução: Feminismo Com Classe

* Aviso: este texto relata violências contra as mulheres.

São tempos difíceis para as mulheres. O movimento feminista dos anos 1970 e 1980 levantou a conscientização sobre a violência contra mulheres numa escala global. Como resultado, hoje, nós podemos identificar o assassinato de mulheres e meninas como sistemático sob o patriarcado. Na América Latina e Caribe, onde a violência contra as mulheres é uma epidemia, nós até temos um termo para isso: **femicídio**, que significa “o homicídio de uma mulher por conta de seu sexo”.

Apesar disso, a realidade vivida pelas mulheres se tornou indizível hoje. Aquelas que reconhecem que as fêmeas são oprimidas como uma classe, sob o patriarcado, são rotuladas como fóbicas ou pior. Em outras palavras, a análise feminista de sistemas de poder é posta de lado para acomodar a ideia de que a mulheridade não é nada mais do que um “sentimento”.

Na página virtual “Equality for HER” [Equidade para ela, na tradução literal], Katelyn Burns escreve: “então, o que significa se sentir uma mulher? Significa que se você é uma mulher, isso é qualquer coisa que você esteja sentindo no momento. Mulheres são tão diversas em suas experiências que não pode haver um modelo universal de mulheridade”.

Aparentemente, a mulheridade é agora tão abrangente que pode ser experienciada por qualquer um, baseado em “sentimentos”. Ainda assim, ao mesmo tempo, dentro dessa análise, a mulheridade é representada sem sentido e sem raízes estruturais.

“**O que é uma mulher?**” é uma pergunta feita por pessoas privilegiadas o bastante para nunca terem tido de sofrer a resposta desta

pergunta. Ninguém pergunta às mulheres como é “sentir” a mulheridade, porque, para nós, ser “mulher” é simplesmente nossa realidade. A maioria das mulheres no mundo aprende bem cedo que, no patriarcado, sua opinião acerca da sua subordinação é irrelevante. Como uma força estrutural, o patriarcado continua a degradar e violar mulheres e meninas, gostemos ou não, concordemos ou não — os sentimentos das mulheres que se danem.

A violência masculina contra mulheres garante a nossa conformidade. Feminicídio é o extremo letal disso, mas a violência contra mulheres e meninas se manifesta de inúmeras maneiras. Em círculos feministas, falamos sobre violência masculina contra mulheres frequentemente. Na verdade, acabar com a violência masculina é o ponto mais urgente da agenda para a liberação das mulheres. Mas como nós podemos erradicar a violência masculina contra mulheres se ignorarmos a centralidade dos corpos das mulheres sob a supremacia masculina? Como podemos superar a sociedade patriarcal se nos recusarmos a reconhecer que mulheres são uma classe de pessoas, cujo *status* é determinado pelo seu sexo?

Em 31 de Agosto de 2017, essa realidade foi revelada em um hospital chinês. Uma mulher de 26 anos, chamada Ma Rongrong, entrou em trabalho de parto uma semana antes da data marcada. Ela foi advertida pela equipe médica, no hospital Número 1 de Yulin, na província de Xianxim, que a circunferência da cabeça do bebê era muito grande para um parto normal. Ma e seu marido, Yan Zhuangzhuang, assinaram um documento, contrariando as recomendações médicas, afirmando que Ma queria tentar um parto vaginal mesmo assim.

O jornal chinês Caixin relatou que, como as dores do trabalho de parto se intensificavam, Rongrong mudou de ideia e pediu uma cesárea, várias vezes. O problema é que, sob a lei chinesa, um familiar do paciente deve aprovar todas as cirurgias de grande porte a que seu parente seja submetido. A família de Rongrong recusou a cesárea.

O artigo explica: “os registros do hospital mostraram que ambos, a mulher e o hospital, solicitaram permissão da família três vezes para realizar a operação, mas os parentes dela supostamente recusaram e insistiram num parto normal”. Há imagens

em vídeo de Rongrong tentando andar, mas se ajoelhando com dor excruciante, rodeada por meia dúzia de membros da família.

Hoje, a família e a equipe do hospital culpam uns aos outros por negar a Rongrong a cesárea de que precisava. Mas parece que a última palavra foi de sua família — especificamente do marido de Rongrong, que tinha permissão escrita da esposa para decidir sobre o método de tratamento médico para ela (após consulta com equipe médica), mas que ainda assim não aprovou a cirurgia.

Em seu desespero, Rongrong até mesmo tentou deixar o hospital, mas foi pega e trazida novamente para dentro. Por fim, ela tomou uma decisão drástica e trágica: Ma subiu numa janela do quinto andar e pulou para a morte.

Por que Rongrong morreu? Eu diria que Rongrong morreu, em última análise, por causa de seu sexo.

Ninguém perguntou a Rongrong se ela se “sentia” uma mulher, o patriarcado simplesmente a tratou como uma — governando seu corpo de fêmea contra sua vontade, ignorando seus pensamentos e sentimentos. Uma política nacional ditando que todas as cirurgias têm que

ser aprovadas por familiares afeta todo paciente na China. Mas, como a morte de Rongrong mostra, essa política tem repercussões especiais para aquelas com corpos femininos.

Um caso igualmente horrível aconteceu, mais ou menos na mesma época, na República Dominicana. Uma menina de 16 anos, chamada Emely Peguero Polanco, estava desaparecida há mais de 10 dias. Seu desaparecimento e os esforços de busca foram notícias de última hora, em parte porque Peguero Polanco estava grávida de cinco meses em um país que fetichiza a gravidez. Por quase duas semanas, parecia que o país só falava disso.

Como muitas pessoas suspeitavam, Peguero Polanco foi assassinada. Suas horas finais e a maneira como morreu foram medonhas. Ela sofreu uma emboscada por seu namorado, um cara mais velho chamado Marlon Martínez, que disse que a levaria para uma consulta médica. Em vez disso, ele a levou para seu apartamento, onde (provavelmente com a ajuda de outras pessoas) lhe fez um aborto forçado.

A investigação ainda está aberta, mas o crime é misógino e vil. A mãe de Marlon, Marlin

Martínez, era uma política influente na comunidade e ajudou ativamente seu filho a encobrir o crime. Marlin pagou vários funcionários para transladar o corpo de Peguero Polanco através do país, de modo que as autoridades não pudessem encontrá-lo. Marlin até aparece com seu filho numa gravação de vídeo em que eles pedem a Peguero Polanco — que já tinha sido assassinada — para voltar para aqueles que ama, dirigindo-se a ela como se tivesse fugido.

O relatório forense afirma que Peguero Polanco foi vítima de violência física e psicológica, bem como de tortura e de atos bárbaros: “dentro do cadáver, havia pedaços do feto que ela gestava no útero, concussão na parede uterina e canal vaginal, uma perfuração do útero, significando que uma grande força foi aplicada na área e em vários órgãos, o que aponta para um aborto forçado”. O relatório também explica que ela tinha “uma concussão contundente com hemorragia cerebral, significando que o trauma foi infligido enquanto ela estava viva”.

Independente dos “motivos” que seus assassinos e seus cúmplices pudessem ter (alguns analistas argumentam que havia um elemento de classe, pois

Peguero Polanco era pobre e Marlon era de classe alta, então sua família não queria uma moça da classe trabalhadora carregando um filho seu), Peguero Polanco foi morta por causa de seu corpo grávido, de fêmea. E eu tenho certeza de que nenhum desses que fizeram o aborto forçado que a matou perguntaram a Peguero Polanco se ela se “identificava” com as realidades biológicas da sua mulheridade.

Rongrong e Peguero Polanco são meramente dois exemplos recentes, mas os modos como as mulheres são assassinadas por serem mulheres, sob um sistema patriarcal, são infinitos. Mas a teoria *queer* de hoje e seus defensores estão pondo de lado essa brutal realidade para retratar a mulheridade como abstrata. Reduzir a “mulheridade” a sentimentos, vestimentas e identidades pessoais é um tapa na cara da maioria das mulheres e meninas, cuja opressão lhes é imposta, independente de como se vistam ou se identifiquem.

Recentemente, o cantor britânico Sam Smith se apresentou como “não-binário”, dizendo “eu me sinto tão mulher quanto sou homem”. Essa identidade recém-descoberta parece ser baseada unicamente no superficial. Ele

explica: “houve um momento na minha vida em que eu não tinha uma única peça de roupa masculina, sério... Eu usava maquiagem completa todo dia na escola, cílios postiços, *leggings* com coturnos Dr. Martens e enormes casacos de pele — por dois anos e meio”.

Determinar que você “se sente uma mulher” porque gosta de usar salto alto, maquiagem e vestido é profundamente misógino, pois essas são apenas armadilhas da feminilidade — uma projeção das fantasias masculinas sobre mulheres —, contudo, essa ideia parece estar ganhando força.

De forma bastante parecida ao gosto que a classe alta tem pela estética da classe operária, e à fetichização das mulheres no comércio sexual pelos autores homens, querendo parecer “descolados”, como Kajsa Ekis Ekman argumenta, essa diluição da mulheridade é uma forma de gentrificação. Nesse caso, a mulheridade é desejada e cooptada por aqueles que são beneficiados no patriarcado (machos), enquanto as realidades desconfortáveis e violentas da mulheridade continuam relegadas à classe inferior, que não tem saída.

Em *Being and Being Bought* [Ser e Ser Comprada, em tradução

literal], Ekman escreve: “Um homem que romantiza a classe operária aplaude o trabalhador braçal e deseja ter alguns de seus atributos, mas admira, na verdade, o estereótipo de masculinidade, não a pessoa tentando sobreviver em condições difíceis. O *wigger** se sente parte da comunidade negra, mas não se chateia com a violência no gueto. O que ele não compreende é que, ao fetichizar a vida cotidiana de alguém, ele mostra quão distante está dela. As condições de vida se tornam uma identidade, e depois um fetiche”.

A gentrificação da mulheridade pega os estereótipos de gênero impostos às mulheres e os apresenta como se eles definissem a mulheridade. Isso oferece uma fachada subversiva que funciona apenas a nível individual, em vez de estrutural, ignorando o sofrimento e a opressão das mulheres. Em vez de fazer avançar os direitos de mulheres e meninas, essa forma de gentrificação as encobre, apagando, para começar, as razões pelas quais mulheres precisam de direitos baseados no sexo.

Ekman argumenta: “o oprimido está profundamente consciente da humanidade dos privilegiados. Para os privilegiados, por outro lado, o oprimido é

um enigma vivendo num mundo mágico meio-humano. A fantasia do privilegiado é ter a habilidade de chafurdar nesse mundo”.

De fato, homens podem até fazer isso, mas eles nunca serão forçados a existir dentro dos limites da mulheridade, pois não nasceram com corpos de fêmeas. Através de escolhas superficiais como roupas e maquiagem, a opressão das mulheres é transformada em algo libertador... Para todos, menos nós.

A crueldade despreocupada desses argumentos absurdos e circulares tem se desenrolado enquanto meninas e mulheres no mundo todo sentem o peso do que, para elas, é uma realidade, não uma identidade.

* Junção das palavras da língua inglesa “white” (branco) e “nigger” (termo pejorativo para “negro”). Significa uma pessoa branca de classe média ou alta que emula maneirismos, palavreado e modos de se vestir tidos como característicos da cultura afro-americana.



**ESTE ZINE É O RESULTADO DO
TRABALHO DE VÁRIAS MULHERES.**

**QUALQUER PESSOA ESTÁ
APTA A VENDÊ-LO PARA
CUSTEAR SUA PRODUÇÃO.
ESTE ZINE NÃO POSSUI FINS COMERCIAIS.**

**CADA MATERIAL PRESENTE NESTE ZINE
PERTENCE À SUA RESPECTIVA AUTORA.**

**É PROIBIDO MODIFICAR ESTE
MATERIAL SEM AUTORIZAÇÃO PRÉVIA.
NÃO RETIRE OS CRÉDITOS.**

**É LIVRE A REDISTRIBUIÇÃO
DESTE MATERIAL.**

2019 © CACHALOTE PUBLICAÇÕES

